

CARTA COMPROMISSO

MULHERES SINDICALISTAS COM LULA E HADDAD

Em defesa da democracia, direitos, igualdade e autonomia



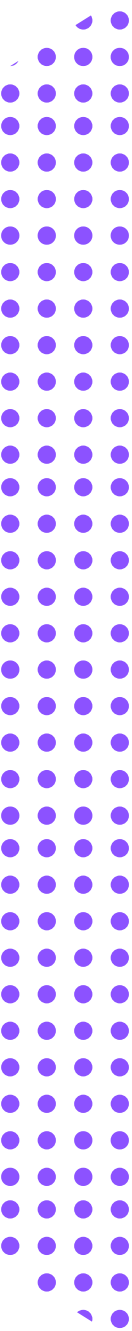
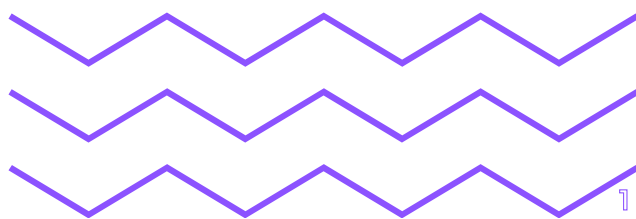
A sociedade brasileira é composta em sua maioria por mulheres, no entanto, existe uma desigualdade de gênero e de representação estonteante. Desemprego, subemprego, informalidade, precarização e perda de renda, somada à destruição das políticas públicas de saúde, educação, cuidados e de combate à violência, agravadas pelo contexto de pandemia, têm nos deixado cada vez mais vulneráveis às políticas neofacistas e neoliberais, que avançam pelo país.



A luta das mulheres – urbanas e rurais, do campo, da floresta e das águas, em parceria com os movimentos feministas e sociais, mesmo diante dessa conjuntura desafiadora - é por manter a defesa de uma sociedade justa e igualitária. A estrutura patriarcal e o machismo atingem de forma mais cruel e segregadora as mulheres negras, quilombolas, indígenas, com deficiências, bissexuais, lésbicas, trans, imigrantes e idosas.



Em 2020, num total de 37.483.202 mulheres ocupadas, 51% eram negras e em torno de 49% brancas. Já na população desempregada, que alcançou 7.370.098 mulheres no final de 2020, 61,2% eram mulheres negras. Ou seja, em cada dez mulheres desempregadas no Brasil, mais de seis eram mulheres negras. Na população fora da força de trabalho, tínhamos mais de 76 milhões de pessoas, sendo que as mulheres representavam aproximadamente 64,2% desse total. Entre as mulheres fora da força de trabalho chama a atenção o elevado percentual de mulheres entre 20 e 39 anos nessa condição, 20,2%, enquanto que, entre os homens, o percentual para a mesma faixa etária era de 15%. No Parlamento, a representação das mulheres ainda está muito aquém do peso que elas têm no eleitorado brasileiro, que corresponde a mais de 52,5%. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, das 513 cadeiras, apenas 77 são ocupadas por deputadas, o que corresponde a 15%. No Senado, somente 12 mulheres foram eleitas para as 81 vagas, o que equivale a uma participação feminina de 14%.



CARTA COMPROMISSO

Esse projeto neoliberal, que aprofunda a exclusão social, tem fortes impactos sobre as mulheres trabalhadoras, sejam elas do campo ou da cidade, brancas, negras, quilombolas ou indígenas. A retirada de direitos da classe trabalhadora representou o maior retrocesso já visto no país, com a aprovação da lei que garante a terceirização irrestrita e a reforma trabalhista que promove a precarização do trabalho, ao invés de protegê-la. Tal situação é agravada pela inserção subordinada do país à lógica internacional, por meio das cadeias globais de produção, nas quais o trabalho precário, inseguro e desprotegido é realizado prioritariamente pelas mulheres.



Acompanhando as políticas de desmonte do governo federal no estado de São Paulo, o governo promoveu uma reforma administrativa que trouxe o desmonte dos serviços públicos e um perverso ataque ao conjunto do funcionalismo, o que afeta, portanto, toda a nossa população.



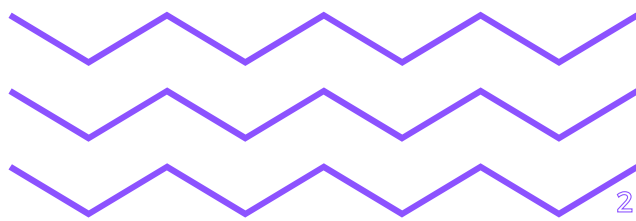
São Paulo, o estado mais rico da federação, vem promovendo o fechamento de equipamentos públicos, a privatização de serviços e sucessivos cortes de verbas para as políticas públicas e o atendimento às mulheres. Não é à toa que o estado tem registrado o aumento da violência contra a mulher, e, por outro lado, não possui sequer uma rede ampla de apoio e atendimento eficaz no combate à violência contra a mulher. Ou seja, vivemos em um cenário de profundos retrocessos dos direitos e da democracia, com a ascensão de valores preconceituosos e conservadores. As atuais políticas públicas, orientadas por esses valores, representam uma involução dos direitos das mulheres, negros, migrantes, LGBTQIA+, jovens, crianças e idosos e, ao mesmo tempo, promovem perseguição e violência contra esses segmentos da população brasileira.



Temos o desafio de transformar essa realidade, pois não teremos uma democracia de fato enquanto as mulheres permanecerem invisíveis aos olhos da sociedade, excluídas da vida pública e da definição dos rumos políticos, econômicos e sociais do país.



Para nós, mulheres sindicalistas de Campinas, nosso maior desafio, nesse momento, é derrotar os projetos de nação e de Estado que oprimem as mulheres. E lutamos por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil e para o estado de São Paulo: inclusivo, promotor da igualdade e não discriminatório.



CARTA COMPROMISSO

Nossos passos vêm de longe. Somos mulheres jovens no corpo e sábias de cabeça; mulheres sábias de cabeça e não tão jovens no corpo; mulheres muito sábias e idosas; mulheres heterossexuais, bissexuais, lésbicas e transsexuais; mulheres negras, quilombolas, indígenas, brancas, asiáticas e ribeirinhas; do campo e da cidade; mulheres com deficiência; mulheres imigrantes; mulheres de todas as condições sociais. Por isso, entendemos que a garantia da paridade de gênero na construção da campanha e nas equipes de governo é um símbolo fundamental da disposição efetiva na promoção de mudanças e na reconstrução de um país e de um estado soberano e democrático.

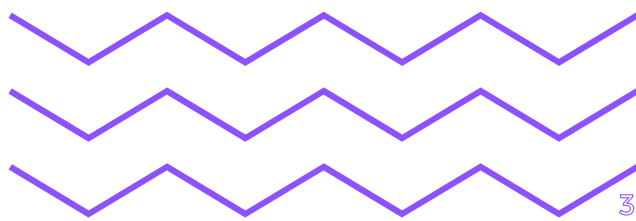


Entendemos esse documento como um conjunto de ações propositivas de políticas públicas para as mulheres, visando a geração de trabalho, emprego, renda e segurança alimentar e para a construção da igualdade entre os sexos em todas as esferas da vida, pública e privada, referenciadas nas seguintes premissas: 1) Estado que garanta as políticas para igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho; 2) Promoção do compartilhamento das tarefas domésticas e dos serviços públicos de cuidados; 3) Consideração do desenho das políticas públicas às situações de maior desigualdade sofridas pelas mulheres negras e outros grupos de mulheres que sofrem múltiplas formas de desigualdade. E, 4) Consideração dos diferentes tipos de inserção das mulheres: formal, informal, diferentes tipos de contratos, urbana, rural, etc.



Propostas:

Mecanismos para favorecer o acesso e a permanência no trabalho, com políticas que garantam e fortaleçam a autonomia econômica para as mulheres: formação, trabalho e renda; inserção das mulheres nas políticas públicas de qualificação e recolocação de mão de obra; políticas de inserção profissional para as mulheres jovens, garantindo opções ocupacionais variadas e em todos os setores da atividade econômica e que não se limitem àquelas consideradas tipicamente femininas; promoção da agricultura familiar coordenada por mulheres, por meio de financiamento dos bancos públicos para a produção agroecológica, bem como a sua comercialização; políticas de reforma agrária nas terras públicas do estado e em terras onde foram encontradas situações de trabalho análogo ao escravo; políticas de economia solidária voltadas para as mulheres, garantindo uma alternativa para geração de renda e possibilitando maior autonomia financeira, autoestima e participação democrática; campanhas de visibilidade sobre o compartilhamento do



CARTA COMPROMISSO

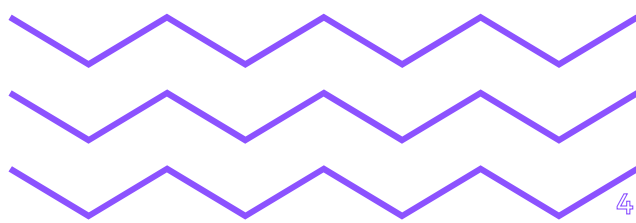
do trabalho produtivo.

Combate ao racismo e à discriminação contra a população LGBT, por meio de legislação que estabeleça cotas para trabalhadoras negras e trabalhadores negros nos concursos públicos da administração direta e indireta, das estatais e também na contratação das empresas que têm aporte de recursos de bancos públicos de fomentos; legislação que institua cotas para contratação de negros e negras nas empresas privadas, como forma de corrigir as distorções e a discriminação no mercado de trabalho; aprovação de uma legislação que puna as empresas que cometem discriminação contra a população LGBTQIA+.

Garantia de Proteção Social, independentemente de sua condição de ocupação, com o acesso à previdência social para todas as mulheres – do campo e da cidade, que realizam trabalho produtivo ou trabalho de reprodução social – revendo os mecanismos atuais que dificultam a efetivação desse direito; iniciativas no âmbito da fiscalização para combater a ilegalidade e construir mecanismos de proteção social para garantir o acesso aos direitos daquelas que se encontram desprotegidas por executar seu trabalho na informalidade, no trabalho doméstico e de cuidados, etc., uma vez que esta prática atinge mais as mulheres.

Fortalecimento das políticas de apoio às organizações produtivas das mulheres do campo, das florestas e das águas, com a retomada e fortalecimento de programas: a ATER – Mulheres Rurais (Assistência Técnica Rural), a Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e as ações que ampliem e garantam o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, contemplando também as mulheres indígenas e quilombolas; linhas de financiamento para os programas de fortalecimento da agricultura familiar, ampliando as modalidades de financiamento não reembolsável para as assentadas da reforma agrária e para as beneficiárias do Bolsa Família, sobretudo qualificando o quintal produtivo que possui significativa produção para o autoconsumo; prioridade como beneficiárias potenciais da reforma agrária e assegurando seu acesso à titulação da terra.

Novas tecnologias e promoção do trabalho da mulher, com mecanismos que exijam que os processos de implantação de novas tecnologias tenham como contrapartida o acesso igualitário aos programas de treinamento e de requalificação profissional, tanto naqueles oferecidos pelas empresas quanto nos ofertados pelo



CARTA COMPROMISSO

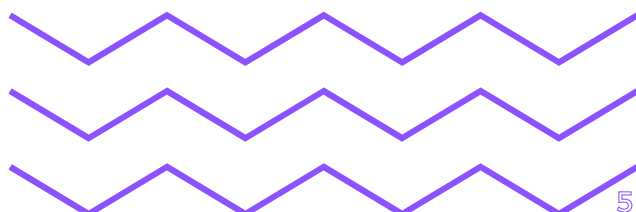
setor público; acesso igualitário de mulheres e homens aos novos postos de trabalho promovidos pelas novas tecnologias.

Combate à violência contra a mulher, com a criação de representações específicas, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no estado de São Paulo, com garantia de orçamento para atender às necessidades das mulheres; criação, onde não houver, e fortalecimento, onde existir, da Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência; instalação da Casa da Mulher Brasileira em todas as regiões do estado, de forma coordenada com a Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência e em diálogo com o movimento feminista e de mulheres, para atender as mulheres do campo e da cidade; melhora do atendimento primário prestado às mulheres que sofreram violência, no campo e na cidade, promovendo a qualificação dos profissionais e ampliando os horários de atendimento para os períodos noturnos e finais de semana; criação de leis para tipificação adequada dos atos de violência contra a mulher nos espaços públicos; ampliação e fortalecimento das redes de proteção para famílias que sofrem com a violência doméstica.

Combate à discriminação, violência e assédio no mundo do trabalho, com o desenvolvimento de ações com os empregadores públicos e privados para que promovam campanhas de combate à violência organizacional; elaboração de legislação que iniba o assédio nos locais de trabalho e nos espaços públicos; promoção de mecanismos de mapeamento e monitoramento das ações e políticas de combate ao assédio, conforme reza a Convenção 190 da OIT, a primeira norma internacional para prevenir, punir e eliminar a violência no mundo do trabalho; incentivo à criação de cooperativas de fabricação de absorventes, para mitigar os efeitos da pobreza menstrual.

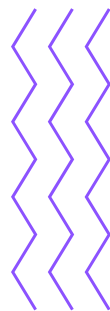
Política de cuidados e responsabilidades domésticas e familiares compartilhadas; com investimento para zerar o déficit de creches no estado, garantindo equipamentos públicos de qualidade; incentivo à licença parental para progenitores ou adotantes, de forma compartilhada, garantindo à mãe o período necessário para a amamentação da criança, conforme orientação da OMS, e estendendo esse direito às demais trabalhadoras (rurais e domésticas).

Serviços públicos de qualidade e acesso universal, garantindo que os serviços de saúde e educação sejam 100% públicos, gratuitos, universais e de qualidade; o acesso universal à água potável – seja através de rede geral, ou outro sistema mais



CARTA COMPROMISSO

adequado ao território do estado – e, também, o acesso ao saneamento básico, à coleta de lixo residencial, à energia elétrica e ao gás de cozinha, com o fim da mercantilização desses serviços e a garantia de preços justos para a população; ampliação da oferta dos serviços públicos de cuidados já existentes para para idosos, crianças e pessoas com deficiência e criação de novos serviços, que considerem as mudanças demográficas e as necessidades e especificidades de cada grupo populacional, como crianças e suas diferentes faixas etárias, idosos e pessoas com deficiência; transformação do transporte público de São Paulo num lugar mais seguro e livre de abuso e violência; garantia de iluminação adequada, observando os locais onde as mulheres identificam como perigosos para ficar sozinhas, como pontos de ônibus; transporte 24h; treinamento das guardas civis metropolitanas e das policiais militares no enfrentamento à violência contra as mulheres.



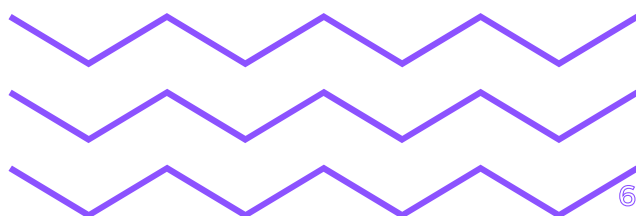
Educação cidadã no currículo escolar, com diretrizes para uma educação cidadã, pautada pela igualdade, solidariedade e respeito aos direitos humanos, promovendo uma educação não sexista, não homofóbica e não racista e que garanta conhecimento sobre os direitos fundamentais e sociais previstos em nossa Constituição Federal; inclusão no currículo sobre a importância da Lei Maria da Penha; assistência psicológica às crianças vítimas de abuso, sobretudo o sexual.



Atenção Integral à Saúde da Mulher, com políticas de assistência relacionada aos serviços de saúde para mulheres desde a adolescência, gestação indesejada, planejamento familiar e aborto seguro; políticas de planejamento reprodutivo, com acesso aos métodos contraceptivos que melhor correspondam às necessidades e perfil das usuárias com participação e responsabilização dos parceiros homens – garantindo o planejamento reprodutivo e o aborto legal e seguro; promoção de ações e elaboração de projetos visando a descriminalização e legalização do aborto e seu atendimento no SUS; garantia de atendimento humanizado para os casos de aborto clandestino que chegam aos hospitais do SUS.



Parto humanizado, nas redes públicas e privadas de saúde, com equipamentos adequados e formação das equipes de atendimento; regulamentação da atividade de doulas e promoção do acesso dessa profissional às gestantes, de modo a garantir o apoio físico, informacional e emocional às mulheres durante a gestação, parto e pós-parto; promoção do parto domiciliar a partir do SUS e facilitação do registro das crianças nascidas por mãos de parteiras ou obstetrizes nos domicílios, com registro prévio dessa opção (parto domiciliar) no posto de saúde mais próximo ou no qual a



CARTA COMPROMISSO

gestante for realizar o pré-natal.

Diante dessa conjuntura que destrói vidas, potencializa o machismo e o racismo, as mulheres têm sido resistência e permanecem na **luta por democracia, direitos, igualdade e autonomia.**

Campinas, 2022.

Coletivo de Mulheres de Campinas

